

Tax News Portugal

Nº 015/2020

Assunto: COVID_19 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

|: 31/03/2020

JUSTO IMPEDIMENTO

Nos termos do Despacho Nº 129/2020-XXII - SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

1. As declarações periódicas de **IVA a entregar no prazo legal previsto no n.º 1 do artigo 41.º do CIVA**, referentes ao período de **fevereiro de 2020**, podem ser calculadas tendo por base os dados constantes do **E-Fatura, não carecendo** de documentação de suporte, designadamente **reconciliações e documentos físicos**, devendo a regularização da situação ser efetuada por **declaração de substituição**;

2. A substituição das declarações periódicas referidas na alínea anterior será possível fazer, **sem quaisquer acréscimos ou penalidades**, com base na totalidade da documentação de suporte, desde que essa substituição e **respetivo pagamento/ acerto ocorra durante o mês de julho de 2020**;

3. Durante os meses **de abril, maio e junho**, devem ser aceites **faturas em PDF**, as quais são consideradas faturas eletrónicas para todos os efeitos previstos na legislação fiscal;

4. O referido nos pontos 1. e 2. é apenas aplicável nos seguintes casos:

a) Quando o sujeito passivo apresente um volume de negócios, nos termos do art.º 42.º do Código do IVA, referente ao ano de 2019, **até € 1 O. 000. 000**;

b) Quando o sujeito **passivo tenha iniciado a atividade em ou após um de janeiro de 2020**;

c) Quando o sujeito passivo tenha **reiniciado** a atividade em ou após **1 de janeiro de 2020 e não tenha obtido volume de negócios em 2019 (tendo obtido volume de negócios em 2019 é aplicável a alínea a) supra)**.

5. Devem considerar-se como condições suficientes para a aplicação da figura do **justo impedimento no cumprimento de quaisquer obrigações fiscais**, incluindo as que tenham de ser cumpridas no âmbito de **procedimentos administrativos relacionados com a liquidação de impostos**, relativamente a **contribuintes ou contabilistas certificados**, as situações de **infeção ou de isolamento profilático** determinadas por autoridade de saúde;



6. Devem considerar-se igualmente **como condições suficientes** para a aplicação da figura **do justo impedimento** no cumprimento de **quaisquer obrigações fiscais**, as situações de **fixação de cerca sanitária** que interdite as deslocações de **contribuintes ou contabilistas certificados de e para as zonas abrangidas pela cerca**, desde que aqueles tenham o seu **domicílio fiscal ou profissional nas referidas zonas**;

7. As situações de **justo impedimento referidas no ponto 5.** devem ser comprovadas mediante **entrega de declaração emitida por autoridade de saúde.**

Batalha, 31 de Março de 2020

O técnico

Albino Neves_CC Nº 27968

(albino.neves@beyondsgps.pt)

Fonte: OCC

Pode ver tutorial/filme, clicando:

https://clientes.beyondsgps.pt/_videos/Beyond%20Advisors%20Portugal.mp4

